

Um intelectual orgânico no Estado Novo de Salazar: as ideias e os projetos de luso-brasilidade de António Ferro

An organic intellectual in Salazar's New State: António Ferro's ideas and projects for luso-brazilianness

Carla Patrícia Silva Ribeiro

*Doutora em História
Professora da Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico do Porto
carlaribeiro@ese.ipp.pt*

Resumo: De entre os projetos de aproximação e fortalecimento das relações luso-brasileiras empreendidos por intelectuais desde finais do século XIX, pretende-se neste artigo analisar as propostas de António Ferro, bem como os resultados desses esforços, no período entre 1933 e 1949. Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, órgão que orientava toda a atividade cultural portuguesa, Ferro investiu fortemente nas relações culturais entre o Estado Novo de Salazar e o de Getúlio Vargas, em particular através de três meios aqui examinados: o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, o “Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América, em especial no Brasil” e o Convénio Cultural Luso-Brasileiro. O artigo procura descortinar as razões para o (relativo) insucesso da estratégia de luso-brasilidade de Ferro, enquadrando-o no contexto de conflitualidade internacional da II Guerra Mundial.

Palavras-chave: António Ferro, luso-brasilidade, Secretariado de Propaganda Nacional.

Abstract: Among the projects to bring closer and strengthen Portuguese-Brazilian relation undertaken by intellectuals since the end of the nineteenth century, this article seeks to analyze António Ferro's proposals, as well as the results of his efforts, in the period between 1933 and 1949. Director of the National Propaganda Bureau which conducted all Portuguese cultural activity, Ferro invested heavily in the cultural relations between Salazar's and Getúlio Vargas Estados Novos (New States), in particular through the three means examined here: the Luso-Brazilian Cultural Agreement, the “Plan for a lusitanity campaign throughout America, especially in Brazil” and the Luso-Brazilian Cultural Convention. The article seeks to unveil the reasons for the (relative) failure of Ferro's strategy of luso-brazilianness, framing it in the context of the international conflict of World War II.

Keywords: António Ferro, luso-brazilianness, National Propaganda Bureau.

Introdução

No início do século passado, o Brasil assumia para Portugal uma dimensão simbólica, constituindo uma espécie de espaço compensatório, como fora a Índia e como viria a ser África, no imaginário de grandeza da Nação. É neste contexto que se integram os variados projetos de luso-brasilidade, empreendidos por intelectuais das duas nacionalidades que procuravam o fortalecimento das relações luso-brasileiras, e condicionados quer por vicissitudes internas nos dois países, quer por conjunturas de conflito e dificuldades no plano internacional, ao longo do século XX.

Depois de um período em que este relacionamento bilateral produziu poucos resultados concretos, centrado num plano sobretudo retórico, assistiu-se a partir da década de 1930 a uma reaproximação entre as duas nações, “a partir do momento em que ambos os países entram em processos políticos, ideológicos e governativos internos similares” (SANTOS & AMORIM, 2010: 127), com os dois Estados Novos, de Oliveira Salazar¹ e de Getúlio Vargas, projetos de regeneração nacional e de uma nova postura perante a ordem mundial.

Assim, para o Portugal de Salazar, o Brasil representava uma constante na sua política externa, desde sempre percecionado como um prolongamento da matriz cultural lusa, procurando consagrar-se a ideia do Luso-Brasileirismo, uma aliança natural entre as duas nações, fruto de um entendimento mútuo, que funcionaria como “uma importante declaração no sentido da formação de um bloco luso-brasileiro que pretendia ter voz a nível mundial” (MARTINS & FARIA, 2006: 267). Do lado brasileiro, Getúlio Vargas, apesar de centrar os seus relacionamentos diplomáticos no reforço da política continental americana – o pan-americanismo defendido pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha –, promoveu igualmente um tratamento diferenciado e privilegiado para com Portugal, por razões históricas e, acima de tudo, em virtude das evidentes afinidades ideológicas, uma vez que ambos os regimes “desenvolviam políticas públicas direccionadas para a valorização da nacionalidade, apoiadas em determinadas concepções

¹ O século XX português foi um dos mais intensamente vividos em termos de experiências políticas, tendo-se atravessado cinco regimes políticos diferentes: a Monarquia Constitucional (até 1910), a I República (1910-1926), a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo (1933-1974) e, por fim, um regime democrático republicano (desde 1974). O Estado Novo, o período aqui abordado, foi oficializado em 1933, com a aprovação de uma nova constituição. Tratou-se de um regime político autoritário, autocrata e corporativista, que vigorou durante 41 anos sem interrupção até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974, constituindo, por isso, o regime autoritário mais duradouro da Europa Ocidental.

de história, que procuravam através do passado legitimar o presente” (SCHIAVON, 2008: s/p).

Desta forma, foi “a cultura a dar sustentabilidade à criação de laços mais fortes entre Portugal e o Brasil” (BALTAZAR, 2006: 247), uma vez que se acreditava que a afinidade cultural entre as duas nações permitiria reforçar os interesses em comum, fossem eles de carácter económico, político ou militar.

Este artigo foca-se, portanto, nos esforços de aproximação de Portugal ao Brasil, empreendidos entre 1933 e 1949 por António Ferro, então diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão que dirigia e orientava toda a atividade cultural portuguesa, procurando dar resposta a algumas questões de investigação, nomeadamente: qual o papel de António Ferro, e do SPN, no fortalecimento das relações luso-brasileiras? Que meios/plataformas foram acionados por Ferro para a construção da luso-brasilidade? Qual o enquadramento destas iniciativas dentro da “Política do Espírito” de Ferro? E no conjunto do projeto político do Estado Novo de Salazar?

Em termos metodológicos, numa prática que se pretende de micro-história, optou-se pelo estudo de caso, recorrendo-se à análise do discurso como método de análise de informação, tendo por base, em particular, um documento do fundo do Secretariado no arquivo da Torre do Tombo, o “Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América e no Brasil em particular”, da autoria de António Ferro que, embora não seja inédito, tem sido pouco explorado em termos historiográficos até ao momento².

47

I – Portugal e Brasil: breve panorama das relações entre os dois países

De acordo com Marcello Assunção, “as relações luso-brasileiras, no século XIX até o início do século XX, foram demarcadas tanto pela lusofilia, no seio do campo cultural, quanto pelo anti-lusitanismo” (2015: 283). Com efeito, existia, por um lado, a defesa de um anti-lusitanismo, que se revelou um dos grandes obstáculos para a concretização das aproximações entre Brasil e Portugal, que apontava como causa de todos os males brasileiros a colonização e a presença dos portugueses na vida política, económica e social do Brasil. Por outro lado, verificava-se a procura, por intelectuais portugueses e brasileiros, de uma reaproximação entre os dois países, através de um discurso que dava ênfase à ideia de continuidade entre Brasil e Portugal, sustentada por

² Cf.: LOPES, (2003); LOFF, (2008); BARTHEZ, (2012); RIBEIRO, (2015).

uma vida histórica comum, um passado compartilhado, valorizando-se a participação do legado lusitano na construção cultural e político-administrativa do Brasil.

Estes esforços de estreitamento de relações com o Brasil vinham a ser sustentados por diversas personalidades da vida cultural e política portuguesa, “que defendiam a luso-brasilidade e o reforço da comunidade luso-brasileira” (SANTOS & AMORIM, 2010: 125), desde a I República, com consequências práticas em geral despiciendas.

Destes esforços podem-se destacar os do presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Zófimo Consiglieri Pedroso, que em novembro de 1909 elaborou uma proposta para um acordo luso-brasileiro, onde se incluíam medidas relativamente às relações económicas e político-diplomáticas entre as duas nações. O grosso das sugestões apresentadas, contudo, dirigia-se a uma efetiva aproximação e intercâmbio intelectual e cultural, prevendo-se congressos periódicos luso-brasileiros, visitas regulares de intelectuais e artistas, a criação de uma revista luso-brasileira e a cooperação entre jornalistas e editores e entre associações científicas, artísticas, pedagógicas, desportivas e académicas (SARAIVA, 2004). Talvez porque as ideias apresentadas por Consiglieri Pedroso fossem ideias dificilmente exequíveis no contexto da época, talvez porque, pouco depois de as redigir, o seu autor tenha falecido (a 3 de setembro de 1910), a verdade é que a proposta rapidamente terá caído no esquecimento.

Com resultados igualmente limitados, a 26 de agosto de 1933, foi assinado no Rio de Janeiro o tratado de comércio e navegação entre Portugal e o Brasil, pelos embaixadores Martinho Nobre de Melo, do lado português, e Afrânio de Melo Franco, pelo Brasil. Com efeito, o tratado não terá passado do papel e “todas as tentativas para a sua operacionalização e de relançamento do comércio bilateral têm fracos resultados práticos” (SANTOS & AMORIM, 2010: 128).

Mas não foi apenas de fracassos que se saldaram estas tentativas de aproximação, podendo-se destacar, pela positiva, nesta breve incursão histórica, a elevação à categoria de embaixada das respetivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro, em 1914, a criação da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1916, e da revista luso-brasileira *Atlântida*, de cariz artístico, literário e social, dirigida no Rio de Janeiro por Paulo Barreto, o popular João do Rio, e em Lisboa por João de Barros, que circulou mensalmente entre 1915 e 1920, e se assumiu como um órgão para o conhecimento recíproco das duas nações.

Todavia, o esforço porventura coroado de mais sucesso deu-se em 1922 – o ano relativo ao Primeiro Centenário da Independência brasileira –, com a participação de

Portugal na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, tendo o presidente da República portuguesa, António José de Almeida, viajado até ao Brasil³, reciprocando a viagem de Epiácio Pessoa a Portugal, em 1919, comemorando-se, “de forma emocionante, o Centenário da Independência, ocasião em que os meios políticos de ambos os países enalteceram a irmandade luso-brasileira e advogaram, com eloquência, o estreitamento dos laços entre as duas nações” (CERVO, 2002: 55).

A missão portuguesa que acompanhou o presidente da República⁴ procurou dinamizar as negociações relativas à aproximação entre os dois países, conseguindo a assinatura de um acordo literário, sobre propriedade artística e literária, um acordo para a troca de malas diplomáticas e um acordo postal, para a redução de taxas na permuta de livros e jornais dos dois países, diplomas que, em conjunto, impulsionaram o intercâmbio da produção literária luso-brasileira.

Em resumo: estas aproximações empreendidas nas duas primeiras décadas do século XX, apesar de terem produzido insuficientes ganhos institucionais efetivos, criaram um terreno propício para o desenvolvimento das relações luso-brasileiras no campo cultural, com Salazar e Vargas, nos anos de 1930 e 1940.

II – António Ferro, o SPN e a “Política do Espírito”

Nascido em Lisboa em 1895, filho mais novo de uma família da pequena burguesia, Ferro viveu uma juventude artística, de pendor essencialmente literário, dividindo-se entre a poesia e a conferência, a novela e o conto, o teatro e o manifesto. Fez parte do primeiro modernismo português, tendo escolhido “o modernismo e o futurismo como atitude estética [...], numa postura crítica à cultura oficial de matriz positivista, elaborada nas suas linhas fundamentais no Oitocentismo português” (LEAL, 1994: 37).

³ De salientar que esta era a primeira visita de um chefe de estado português ao Brasil, falhada que fora a projetada visita de D. Carlos, com o seu assassinato em 1908.

⁴ A comitiva era composta por dois oficiais gerais, Bernardo de Faria, do Exército, e Augusto Neuparth, da Armada, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Maria Vilhena Barbosa de Magalhães (também professor da Faculdade de Direito de Lisboa), pelo reitor da Universidade de Coimbra, António Luís Gomes (que fora o primeiro representante diplomático da República portuguesa no Rio de Janeiro), pelos escritores Jaime Cortesão, diretor da Biblioteca Nacional, e João de Barros, secretário-geral do Ministério da Instrução Pública, e pelo economista Francisco António Correia, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e diretor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa. Acompanhando pessoalmente o presidente seguiam o secretário-geral da Presidência da República, Jaime Anahori Atias, que era oficial de Marinha, e o chefe do protocolo, o diplomata Luís Barreto da Cruz. Juntaram-se também os representantes da imprensa portuguesa: Acúrsio Pereira, pelo *Diário de Notícias*, Avelino de Almeida, de *O Século*, Luís Derouet d’ *O Mundo* e Norberto de Araújo pelo *Diário de Lisboa* (TORGAL, 2014).

Ferro destacou-se ainda como jornalista, tendo trabalhado para alguns dos maiores jornais nacionais, como o *Diário de Lisboa*, o *Diário de Notícias* ou *O Século*. Sobressaiu como repórter internacional, tendo realizado um conjunto significativo de entrevistas a personalidades das ditaduras italiana, espanhola e turca⁵.

Politicamente atraído por estas direitas nacionalistas e autoritárias que na década de 1920 despontavam no continente europeu, a sua filiação política junto dos setores do autoritarismo antiliberal apresentou-se como solução para a crise que se vivia no contexto nacional, procurando uma refundação da República e afirmando “a necessidade redentorista de um chefe salvador” (LEAL, 2003: 108). Ferro encontra esse chefe dinâmico no recém-nomeado presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar⁶, que deu a conhecer ao público através de uma série de cinco entrevistas realizadas em finais de 1932 e publicadas no *Diário de Notícias*. Terão sido estas entrevistas que o conduziram diretamente ao cargo assumido no ano seguinte, o de diretor do Secretariado da Propaganda Nacional⁷, então com 38 anos.

Na sua ação à frente deste organismo, que se constituiu como a génese de um Ministério da Cultura, o diretor do Secretariado assumiu a tarefa da divulgação dos propósitos e realizações do regime estado-novista, dirigindo e superintendendo a propaganda nacional, interna e externa. Para a consecução deste grande objetivo, mobilizou todo o leque das atividades culturais — artes, imprensa, teatro, literatura, radiodifusão, cinema — através da sua famosa “Política do Espírito”. Para Ferro, tratava-se de uma política em favor de uma cultura e de uma arte nacionalistas, do aprimoramento dos padrões estéticos da sociedade, proporcionando aos artistas “uma atmosfera em que lhes seja fácil criar” (FERRO, 1935: 6), seguindo o exemplo de países como a França, a Itália, a Rússia, a Alemanha, a Inglaterra, onde “o Estado compreende a Política do

⁵ Estas entrevistas foram depois publicadas, em 1927, na obra *Viagem à volta das Ditaduras*.

⁶ António de Oliveira Salazar (1889-1970), descendente de uma família de pequenos proprietários agrícolas, teve uma educação fortemente marcada pelo Catolicismo, chegando mesmo a frequentar um seminário. Mais tarde, estudou na Universidade de Coimbra, onde veio a ser docente de Economia Política. Foi durante a I República que iniciou a sua carreira política como deputado católico no Parlamento, em 1921. Em plena Ditadura Militar, foi nomeado ministro das Finanças, com direito de supervisionar as despesas de todos os ministérios do governo. O sucesso obtido na pasta das Finanças tornou-o, em 1932, chefe de governo, isto é, presidente do Conselho. Em 1933, com a aprovação da nova constituição, formou-se o Estado Novo. Salazar governou Portugal até 1968, data em que é afastado do governo por motivo de doença, sendo substituído por Marcello Caetano (Disponível em <http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/salazar.html>. Acesso: 22 ago. 2017).

⁷ Criado pelo Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de setembro de 1933, tratava-se de um organismo diretamente dependente da Presidência do Conselho, transformado em 1944, perto do final da II Guerra Mundial, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). António Ferro foi o seu diretor de 1933 a 1949.

Espírito e realiza-a, com largueza, protegendo, moral e materialmente, todas as iniciativas literárias e todas as iniciativas de Arte” (FERRO, 1933: 226).

Ferro revelou-se uma peça-chave na legitimação das políticas e práticas culturais do regime, subordinadas ao interesse supremo da Nação, ao longo de mais de década e meia de ação, entre 1933 e 1949. Visto por uns como o “poeta da ação”, que encetou a renovação do panorama cultural português, para outros foi o mentor de uma prática estético-cultural dominada pelo vetor político-ideológico.

III – António Ferro e a luso-brasilidade: o Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941)

Em 1940, ano em que a Europa vivia um dos momentos mais conturbados da sua história, envolta em novo conflito militar, e em que, na vizinha Espanha, se assistia à instauração da ditadura de Franco, em Portugal celebrava-se o Duplo Centenário⁸. A Exposição do Mundo Português foi o momento alto destas comemorações, tendo-se realizado em Lisboa durante seis meses. Pretendeu-se que fosse o balanço da nacionalidade, apoteose e fundamentação histórica e ideológica do regime estadonovista, que se sentia então plenamente consolidado. Dado que a Exposição do Mundo Português não foi uma exposição internacional, o único país convidado foi o Brasil, pelo seu significado histórico para Portugal. Considerava-se então que as celebrações dos Centenários, e a participação brasileira, constituíam “o ponto de partida desta nova fase das relações dos dois povos, que tantas afinidades de étnica, de cultura, de sentimentos, de ideologia e de história conservam. Os brasileiros serão tanto mais brasileiros quanto mais fiéis se conservarem ao espírito português” (POLÍTICA..., 1942: s.p.).

Argumentando com o desenrolar da II Guerra Mundial e as suas consequências para o Brasil, o presidente brasileiro Getúlio Vargas declinou o convite mas enviou a Portugal uma legação para representar o país, que participou nas festividades na condição de nação irmã, presidida pelo chefe da Casa Militar de Vargas, o general Francisco José Pinto.

Com o intuito oficial de agradecer a contribuição brasileira, em agosto de 1941 deslocou-se ao Rio de Janeiro a Embaixada Extraordinária ao Brasil, chefiada por Júlio

⁸ Comemoravam-se o 8º centenário da Fundação (1140) e o 3º da Restauração de Portugal (1640).

Dantas, que tinha sido o presidente da Comissão dos Centenários⁹. No âmbito de uma Missão Cultural¹⁰, enquadrada nesta Embaixada Extraordinária, viajou igualmente António Ferro, o diretor do SPN.

Mas esta não foi a sua primeira viagem ao país lusófono da América do Sul. Ferro deslocou-se pela primeira vez ao Brasil em maio de 1922, o ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo, a convite da companhia de teatro de Lucília Simões e Erico Braga, na sua qualidade de crítico teatral do *Diário de Lisboa*. Então com 27 anos, possuidor de um espírito desenvolto, trazia já um *curriculum* cultural de exceção, construído em torno da sua presença no movimento modernista e pelo êxito assegurado por uma série de publicações, algumas das quais circulavam já no Brasil à chegada de Ferro – caso de *Teoria da Indiferença*, *Leviana*, *As grandes trágicas do silêncio* ou o manifesto *Nós*, republicado na prestigiada *Klaxon*, uma das revistas de divulgação do Modernismo brasileiro.

Foi no Brasil que Ferro estreou a sua peça *Mar Alto*, no Teatro Sant’Ana, em São Paulo, a 18 de novembro (SARAIVA, 2004)¹¹. Adicionalmente, realizou uma série de conferências – *A arte de bem morrer*, *As mulheres e a literatura* e *A idade do jazz-band* – em diversas cidades e estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Minas Gerais, Baía, Recife, algumas precedidas pela apresentação de Ferro feita em termos encomiásticos por figuras destacadas do movimento modernista brasileiro, como Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida ou Menotti del Picchia. Fernanda de Castro, com quem se tinha casado pouco antes, por procuração, juntou-se-lhe entretanto, tendo complementado as intervenções culturais de Ferro com a leitura de poemas de autores portugueses e brasileiros.

⁹ A Embaixada era composta por notáveis do regime como Augusto de Castro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Reinaldo dos Santos, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e presidente da Academia de Belas Artes, Marcello Caetano, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, João Amaral, deputado, o capitão de fragata Vasco Lopes Alves, o major Carlos Afonso dos Santos e o escritor Carlos Selvagem (PAULO, 1994).

¹⁰ Na base estava um convite da Associação Brasileira da Imprensa, feita alguns meses antes das Comemorações Centenárias, reforçado e oficializado por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que considerava Ferro a “legítima expressão da nova cultura portuguesa”, indicando esperar que a visita do seu equivalente português “possa influir decisivamente no sentido da melhor aproximação cultural e política entre Portugal e Brasil” (FONTES, 1941:1).

¹¹ Em Portugal, a peça foi estreada em Lisboa, em julho de 1923, no Teatro de São Carlos. Polémica para a época, por tratar de assuntos como o adultério e a dissolução de costumes, gerou escândalo, sendo pateada. No dia seguinte, foi proibida pelo governador civil de Lisboa, o que originou um protesto imediato por parte dos intelectuais portugueses, manifestando o seu repúdio pela interdição da peça (Disponível em <http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59&limit=1&limitstart=2> Acesso: 8 ago. 2017).

Em abril de 1923, Ferro e Fernanda de Castro regressaram a Portugal. O escritor e jornalista tinha obtido no Brasil o maior triunfo da sua vida literária. Sinal deste êxito é a carta aberta de Oswald de Andrade dedicada a António Ferro, publicada em março de 1925 no suplemento da revista *Contemporânea*, onde afirmava:

Actualmente, se Portugal nos atulha ainda de dicionários caducos e regras inviáveis de síntese e prosódia, manda-nos também a jovialidade combativa de você, meu valente António Ferro. Porque, creia-me, a sua conferência – “A idade do jazz-band” realizada nas principais cidades do Brasil, abriu lá um respiradouro por onde entraram os barulhos desarticulados da nova Europa, tão necessários às almas dos nossos dias [...]. A sua estadia entre nós deu apoio à atitude iniciada pelos modernistas de São Paulo, perante os volúveis letrados da capital. Sem você [...] estaríamos atrasados (*apud* MAZARÃO, 2013: 80).

Por seu turno, e ainda na mesma revista portuguesa, a *Contemporânea* de José Pacheco, Ferro apresentava-se como o anunciador do novo Portugal no Brasil, o representante do Modernismo português, atacado pela inveja nacional, que o fazia sorrir de tristeza:

Quando eu desembarquei no Rio de Janeiro [...], o Portugal moderno [...] era um segredo para o Brasil, um segredo absoluto, um segredo inexplicável... Os escritores novos [...] eram desconhecidos no Brasil... Foi por isso que o Brasil me perguntou admirado, mal cheguei, se eu era o único escritor novo de Portugal. [...] Conte-lhe tudo, disse-lhe a verdade toda. Atirei-lhe braçadas de nomes, flori-o com toda a mocidade do Portugal de vinte e tantos anos [...]. Foram os novos que eu procurei, foram os novos que me rodearam, foram eles que fizeram o meu triunfo, foram eles que afixaram o meu nome, em grandes letras, por todo o Brasil, nas discussões, nos jornais e nos livros [...] Eu sei. Sou bastante impertinente falando de mim mas se o faço não é para meu orgulho, é para vergonha de todos aqueles que não o souberam fazer, que tendo sido espectadores do meu triunfo, o deturparam, numa falta absoluta de camaradagem (FERRO, 1923:151-152).

Foi, portanto, rodeado ainda da aura ganha nesta viagem de 1922 que Ferro chegou ao Brasil em 1941. Desde logo se apresentou como paladino da aproximação cultural luso-brasileira, considerando urgente encurtar distâncias entre os dois países, uma

vez que “há [...] uma distância espiritual, mais difícil de vencer e que provém duma velha falta de sociabilidade entre as inteligências portuguesa e brasileira” (FERRO, 1942b: 1). A visita de António Ferro ao Brasil integrava-se, portanto, no entendimento nacional sobre a importância deste país, considerando que “entre Portugal e Brasil havia uma amizade secular, uma tradição inapagável – os laços duma paternidade histórica e étnica que constitui actualmente no Mundo, pela sua força incomparável de atracção e homogeneidade, um caso sem precedentes” (FERRO, 1942b:1).

Desta viagem resultou a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1941, em parceria com o DIP¹² de Lourival Fontes.

Este Acordo seria a materialização dos ideais de Ferro, assim expostos numa das suas concretizações, a revista *Atlântico*:

Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses. Para nos conhecermos cada vez melhor, para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes. Porque só essa diferença de planos no mesmo pano de fundo (sentimentos iguais mas estilo e ritmo próprios) nos poderá igualar e engrandecer na harmonia dos contrastes que se fundem, na afirmação magnífica, sem lisonjas nem subserviências, da nossa idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira! (FERRO, 1942a: s.p.).

No artigo 2º do Acordo, especificavam-se os meios pelos quais os dois organismos procurariam promover o conhecimento cultural mútuo: mediante a literatura (em especial pela troca de publicações) e a imprensa; através dos modernos meios de informação e comunicação, como a rádio e o cinema, estabelecendo-se o fomento da “troca de actualidades cinematográficas, a exibição destas nos cinemas do Brasil e Portugal, e o

¹² Tratava-se do organismo congénere ao SPN português: criado por decreto presidencial de 27 de dezembro de 1939, subordinado à Presidência da República, tinha como objetivos coordenar a propaganda nacional, auxiliar os ministérios com informações, organizar os serviços de turismo, controlar os meios de comunicação e as atividades recreativas e desportivas, estimular a produção de filmes educativos, organizar e patrocinar comemorações e festas cívicas e dirigir o programa de radiodifusão do governo. Contando com a colaboração de nomes expressivos da intelectualidade brasileira, este organismo assumiu um papel fundamental na elaboração e realização do projeto cultural do Estado Novo e na construção da imagem do presidente Getúlio Vargas. A sua direção foi entregue, até 1942, a Lourival Fontes, jornalista e intelectual partidário de Vargas. Os seus sucessores foram o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 até julho de 1943, e o capitão Amílcar Dutra de Menezes, que atuou até à extinção do DIP, em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas (Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>> Acesso: 22 ago. 2017).

estudo da eventual realização de filmes de grande metragem, de interesse histórico ou cultural para os dois países, mediante a colaboração de artistas e técnicos brasileiros e portugueses”; por meio de exposições artísticas e pela promoção do “estudo do folclore luso-brasileiro através de publicações editadas pelos dois organismos e da realização de festas populares e tradicionais comuns aos dois países” (BETTENCOURTT, 1960: s.p).

Do Acordo resultou, de imediato, além da revista *Atlântico*¹³, a Exposição e Quinzena do Livro Português, realizada em 1941 em diversos Estados brasileiros, resultado da cooperação entre as autoridades brasileiras, as representações consulares e diplomáticas portuguesas e outras entidades privadas do ramo. Estes esforços envidados por Ferro resultaram numa penetração mais eficaz do livro português no Brasil, evidenciando alguma capacidade de se contrapor à hegemonia norte-americana nesta área. A estas duas concretizações, acresciam-se diversas exposições de obras e artistas brasileiros e portugueses, no reforço do papel desempenhado pelo Instituto de Alta Cultura, o intercâmbio de estudiosos, intelectuais e cientistas de ambas as nacionalidades e conferências realizadas em diversas instituições, portuguesas e brasileiras, com o objetivo central de promover a cultura luso-brasileira.

Foi criado um novo galardão a nível dos prémios literários do Secretariado, o prémio Pêro Vaz de Caminha, anual, que distinguia a melhor obra literária, científica ou de carácter histórico de interesse comum às duas nações e, no que à rádio dizia respeito, surgiu o programa “Meia Hora Brasileira”, na Emissora Nacional, onde se davam a conhecer as produções musicais, as novas tendências e estilos e os novos compositores do país irmão, além de se efetuarem transmissões radiofónicas de propaganda de ambos os regimes.

Ainda na sequência do Acordo Cultural, foram criadas duas secções especiais em cada um dos organismos de propaganda: a Secção Brasileira do SPN, cujo delegado era José Augusto Cesário Alvim e a Secção Portuguesa no DIP, conduzida pelo visconde de Carnaxide. Relativamente à primeira, do seu plano de atividades destacam-se a publicação de um boletim mensal, entre 1944 e 1945, que fornecia aos jornais portugueses

¹³ Ferro assumiu a direção da revista, secundado por Lourival Fontes, do lado brasileiro. A secretaria da redação estava a cargo de José Osório de Oliveira, enquanto Manuel Lapa se ocupou da direção artística. Os temas versavam sobre diversos assuntos do mundo cultural e artístico dos dois países, contando com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros “de todos os matizes políticos, apoiantes ou não dos regimes vigentes em ambos os países” (PAULO, 1994: 171). Apontada como o símbolo mais expressivo do Acordo Cultural, a revista, de periodicidade semestral, sofreu os reveses do próprio Acordo, com três séries: a primeira terminou em abril de 1945, quando o DIP foi extinto; a segunda, num convénio entre o SNI e o Departamento de Informação brasileiro, durou de 1947 a 1948, e a terceira e última série compreendeu o período entre 1949 e 1950.

as notícias relativas a Portugal publicadas nos periódicos brasileiros, o envio para o Brasil de artigos de escritores nacionais, para serem distribuídos à imprensa, bem como fotografias dos principais acontecimentos e obras do Estado Novo, além do envio regular do *Jornal da Mocidade Portuguesa*, da revista *Defesa Nacional* e de livros de escritores portugueses. A destacar, por fim, uma série de conferências sobre o Brasil, promovidas pela Secção Brasileira do SPN, em especial em 1942, contando com a participação de representantes oficiais do país, como o embaixador Araújo Jorge, e de nomes ligados à elite intelectual nacional, como Mendes Correia, da Universidade do Porto, ou José Osório de Oliveira, autor de uma *Breve História da Literatura Brasileira* (PAULO, 1994).

Quanto ao projeto cinematográfico entre Portugal e o Brasil presente no Acordo, parece quase não ter saído do papel em que foi assinado, tendo-se resumido ao envio de alguns filmes portugueses para o Brasil, passados nas semanas dedicadas ao cinema português.

Em resumo: as iniciativas do lado português, liderado por Ferro, foram variadas, mas os projetos conjuntos de fundo ficaram em suspenso. À espera das condições ideais do lado de Lourival Fontes e do Estado Novo brasileiro?

56

IV – António Ferro e a luso-brasilidade: o “Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América, em especial no Brasil” (1942)

No contexto desta aproximação luso-brasileira, os dois regimes, a partir dos seus intelectuais orgânicos¹⁴, como Ferro e Lourival Fontes, empreendem esforços no sentido de implementar uma ordenação dos discursos e uma institucionalização das práticas (TORQUATO, 2013). Com efeito, tanto em Portugal quanto no Brasil, verificou-se a utilização de políticas de Estado fortes, mediadas pelo discurso cultural, entendido como ferramenta importante na consolidação dos projetos autoritários de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Procurava-se o consenso em torno dos dois regimes, um consenso que os legitimasse.

Para António Ferro, o projeto salazarista não seria realizado somente a partir do incentivo às produções e práticas que positivavam e afirmavam a existência de uma

¹⁴ Segue-se o conceito gramsciano de intelectual orgânico, como indivíduo que contribui ativamente para o exercício e manutenção de projetos hegemónicos de classe.

comunidade espiritual luso-brasileira, mas também a partir do controle às dissonâncias. Crê-se ser neste sentido que melhor se pode compreender o documento de 1942 de Ferro, dirigido ao presidente do Conselho – o “Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América, em especial no Brasil”.

O Plano parece ser resultado da viagem de cerca de seis meses, pela América Latina, que se seguiu à estadia de Ferro no Brasil em 1941, para a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, refletindo os contactos então desenvolvidos, as suas preocupações no tocante à afirmação e divulgação de Portugal na América, em particular no Brasil, isto é, o seu pensamento e estratégia. Documento extenso (com cerca de 34 páginas) e pormenorizado, dirigia-se ao presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e propunha-se reparar “o abandono de qualquer programa seguido de acção espiritual ou cultural, durante tantos anos, não só no Brasil como em toda a América”, assumindo como finalidade assegurar a “nossa definitiva projecção atlântica” (FERRO, 1942c: 1).

O projeto centrava-se no Brasil e nos EUA, contando igualmente com um plano de aproximação à América espanhola, na certeza de que “se o Brasil é o Portugal do Novo Mundo, a América espanhola é o seu estrangeiro” (FERRO, 1942c: 6). Tal significava que o investimento cultural no Brasil, de cariz político-ideológico, permitiria alcançar outros países estratégicos do continente americano – jovens nações americanas como a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e a Colômbia¹⁵, que “foram tocadas, directa ou indirectamente, [...] pelo nosso esforço colonizador e missionário”, considerando que “os reflexos do prestígio que pudermos obter nesses países se vai reflectir favoravelmente no nosso prestígio no Brasil” (FERRO, 1942c: 6).

Tratava-se, portanto, de uma “acção de penetração metódica, intensiva”, em que os países eram escolhidos de acordo com a sua “importância política e espiritual” relativamente ao Brasil, “principal objectivo desse programa de penetração na América” (FERRO, 1942c: 7, 9, 18).

Começa-se pela descrição da elite brasileira, política e cultural, nas palavras de António Ferro, reveladoras de uma visão paternalista e redutora da realidade do país: “Os brasileiros sofrem dum grande complexo de inferioridade a nosso respeito”, sendo portanto importante “nunca o dar a entender, fingir sempre acreditar na sua grande amizade ou fraternidade”. E continuava:

¹⁵ Ferro acrescentava ainda aos territórios de operacionalização da campanha o Canadá, porque aí o “prestígio do Estado Novo é impressionante” e Marrocos, “porque continuamos presentes nesses nossos velhos domínios, primeiros ensaios do nosso génio conquistador e colonizador” (FERRO, 1942c: 7 e 18).

Os brasileiros podem, às vezes, não gostar de nós mas nunca se sentem com o direito moral de nos repelir. E, no fundo, admiram-nos e respeitam-nos. Há que ter sempre, portanto, em conta a complexidade do seu sentimento a nosso respeito, que não é inteiramente bom nem inteiramente mau, e nunca dar demasiada importância às suas atitudes ou palavras (FERRO, 1942c: 19).

Continuando numa toada que queria realista, Ferro acrescentava:

Reivindicamos, demasiado, os nossos direitos de antigo povo descobridor e colonizador. Os brasileiros não gostam nada que lhes lembremos o que nos devem, detestam sentir a nossa soberania espiritual que alguns, em todo o caso, aceitam se não lha quisermos impor, mas ainda se revoltam mais quando essas veleidades de teimosa dominação partem de portugueses de baixo nível, sensivelmente inferiores a eles [...]. Não ter em conta este complexo de inferioridade dos brasileiros é contribuir para o decrescimento da nossa influência no Brasil (FERRO, 1942c: 23-24).

58

Politicamente, a descrição de Ferro é igualmente pouco abonatória: “O Brasil é um país novo, ainda flutuante no domínio das ideias [...]. As posições de cada um nunca são definitivas, irremediáveis”. E aconselhava o acompanhamento atento da “política do Brasil, impressionantemente flutuante, mas nunca se misturar com ela, nem tomar posição através de amizades pronunciadas com este ou aquele ministro, com este ou aquele político”. E concluía: “Se não procedermos assim, arriscamo-nos a ficar isolados” (FERRO, 1942c: 21-22).

Para esta “cruzada de lusitanidade” (FERRO, 1942c: 25), Ferro listava uma série de medidas, atribuindo-as a diferentes ministérios e serviços que se encarregariam de as realizar: os ministérios da Educação Nacional, da Economia e dos Negócios Estrangeiros, onde se encontravam a maioria das sugestões, mas igualmente o SPN. Por este organismo por ele dirigido passaria a tarefa de captação das elites da América do Sul e um conjunto de iniciativas que revelavam a necessidade de controlo da imagem do país, desde “orientar à distância, através de artigos e indicações, a imprensa portuguesa do Brasil e toda a imprensa portuguesa do Novo Mundo”, passando por “regulamentar a ida de companhias de teatro, artistas, escritores e agrupamentos desportivos que vão ao Brasil e à América Espanhola [...], sujeitando as suas viagens ao parecer e ao visto do S.P.N.,

único organismo competente para conhecer as reacções dos meios estrangeiros”, procurando evitar, no Brasil e em outros países da América, “a publicação de certas notícias mesquinhas ou ridículas, que nos humilham”, até ao “envio urgente dum delegado do S.P.N. que se introduza eficazmente nas engrenagens do D.I.P. e nas redacções dos jornais” e ao estímulo ao “aparecimento [...] dum semanário português ligado encobertamente ao S.P.N. do qual receberia indicações directas” (FERRO, 1942c: 1-3, 14).

No que dizia respeito ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, as principais sugestões centravam-se na revisão dos corpos consulares nacionais, quer no Brasil, quer na Argentina, e na introdução, nas legações portuguesas, de delegados do SPN que, segundo Ferro, não deveriam ser vistos como “inimigos mas sim como [...] simples e úteis colaboradores” (FERRO, 1942c: 24).

Quanto ao papel a desempenhar pelo Ministério da Educação Nacional, Ferro sugeria um conjunto de medidas dirigidas maioritariamente às diversas comunidades portuguesas espalhadas pelo continente americano: no Brasil, com a “criação de liceus portugueses no Rio e no Pará” e a atribuição de bolsas de estudo para “alguns brasileiros habilmente seleccionados que fiquem sempre a lembrar-se de Portugal com saudades” e, nos restantes países, pela “organização, de acordo com o S.P.N., de cruzeiros anuais de rapazes e raparigas portuguesas das nossas colónias da América” e pela criação de “cursos de língua, História e literatura portuguesas” (FERRO, 1942c: 28).

De ressaltar, ainda, a “defesa dos principais núcleos das colónias portuguesas” no continente americano, quer no Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Baía, Recife, Porto Alegre – quer em Buenos Aires, New Bedford, Nova Iorque, Oakland, assumindo o Secretariado o papel de “elemento de conciliação, e de recuperação espiritual, mantendo vivo nos emigrantes o orgulho das suas origens e elucidando-os sobre os progressos de Portugal nos últimos anos” (FERRO, 1942c: 12). Assim, propunha-se, por exemplo, “acompanhar a acção dos organismos culturais das nossas colónias na América”; “fazer publicações destinadas sobretudo aos filhos dos portugueses”; “propor [...] com parcimónia mas com inteligência e experiência, as condecorações que [...] parecerem indispensáveis para manter o fogo sagrado nas colónias portuguesas”; “receber o melhor possível (passeios, visitas, banquetes) os portugueses de certo relevo que venham à Mãe-Pátria cuja importância nunca medimos porque vivemos demasiado longe do mundo português do Brasil” e, inversamente, “levar a Portugal, de acordo com o S.P.N.,

elementos escolhidos, no campo cultural e jornalístico, cuja voz tenha peso na opinião pública do país ou na opinião do governo” (FERRO, 1942c: 2,12,14).

No campo económico, o Secretariado teria uma palavra e ação decisivas, no entender de Ferro. Assim, sugere que “no Brasil, e talvez até noutros países da América, deveriam realizar-se grandes feiras anuais de mostras” que não se deveriam limitar à “simples preocupação comercial”. Desta forma, embora a organização coubesse ao Ministério da Economia, a “sua apresentação artística deveria ser orientada pelo S.P.N., que dispõe para isso duma equipa de decoradores que já deu sobejamente as suas provas nas Exposições de Paris, de Nova York e do Mundo Português”. E augurava que, com “alguns anos destas exposições regulares, com este critério de espectacularidade sedutora [...] muitos dos nossos produtos e indústrias encontrariam na América a colocação que merecem” (FERRO, 1942c: 32).

Desta análise sumária do “Plano duma campanha de lusitanidade...” salta à vista o proliferar de novos cargos e de novas responsabilidades para o Secretariado de António Ferro, que assim veria fortemente reforçado o seu papel na definição e execução da política cultural externa portuguesa, em especial no Brasil.

60

Relativamente à execução do plano, o diretor do Secretariado admitia ser um plano caro, o que se compreende se se levar em conta que, em 1941, o orçamento do SPN era de cerca de 6,4 milhões de escudos para um conjunto de dezassete funcionários (Ó, 1999), sugerindo Ferro para a efetivação deste plano “uma despesa de oito ou dez mil contos [8-10 milhões de escudos] anuais”¹⁶. Mas estava convicto do seu sucesso, tendo a “certeza, ousado dizer dogmática, da viabilidade deste plano”, que, “em dez ou quinze anos”, tornaria “Portugal [n]uma realidade viva na América, com todos os benefícios e vantagens consequentes de ordem moral e económica” (FERRO, 1942c: 26).

O projeto, todavia, nunca terá passado disso mesmo, não se tendo encontrado, no fundo do Secretariado ou no Arquivo Salazar, na Torre do Tombo, resposta do presidente do Conselho. Muito provavelmente, o presidente do Conselho, no seu rigor normal com as despesas do Estado, tê-lo-á considerado demasiado caro, não tendo dado seguimento.

¹⁶ Para que o plano tivesse viabilidade, Ferro considerava que “o ideal seria mesmo que este programa fosse executado, instalado por uma pessoa, com dois auxiliares, que lançaria os alicerces numa longa viagem que durasse o tempo necessário, ano e meio a dois anos”. Para o seu sucesso, o ex-jornalista advertia Salazar que “o plano é importante e demasiado vasto para caber na rigidez dos quadros, dos regulamentos dos movimentos habituais do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Não basta sequer baralhar e dar de novo: é preciso criar” (FERRO, 1942c: 25-26).

V – António Ferro e a luso-brasilidade: o Convénio Cultural Luso-Brasileiro (1948)

A verdade é que, apesar dos esforços desenvolvidos por António Ferro, culturalmente Portugal continuava a ser desconhecido no Brasil, como se depreende das observações feitas por Leitão de Barros em 1947¹⁷, em carta enviada do Recife a Ferro, onde indicava: “A impressão mais funda que senti neste mês que aqui estou é a espantosa incompreensão e desconhecimento de Portugal existente actualmente no Brasil. [...] O ambiente não está contra Portugal, está apenas alheado à nossa terra” (BARROS, 1947: 1).

Efetivamente, o que subsistia de presença cultural portuguesa no Brasil encontrava-se associado às realizações já abordadas no âmbito do Acordo Cultural de 1941, “condicionado às circunstâncias do momento” (FERRO, 1942c: 1). Muito pouco, portanto, para as ambições de Ferro, em especial face ao dinamismo da atitude espanhola de divulgação da sua cultura no Brasil, referida por Leitão de Barros na carta mencionada, que considerava exemplar, através de adidos culturais, prémios, exposições de arte, envio maciço de livros. Nesta mesma carta, Leitão de Barros condenava assim a posição portuguesa assumida no novo governo de Gaspar Dutra: “Nós voltamos as costas a isto e acho que fizemos mal”, rematando: “Vários portugueses me pediram para eu escrever ao Salazar. E eu escrevo-lhe a si!” (BARROS, 1947: 2).

E assim, porventura na sequência destes alertas, surgiu em 1948 a proposta, pelo Secretariado, de um Convénio Cultural Luso-Brasileiro, considerado “como uma remodelação do Acordo Cultural firmado em 1941”, uma forma de “reavivar as relações culturais luso-brasileiras”, no contexto da própria “remodelação da política brasileira, considerada em especial na consequente extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda” (FERRO, 1948b: 1). Considerando o acordo firmado por Ferro e Lourival Fontes de “excepcional importância” nos planos cultural e político, uma vez que tinha permitido, “durante os tormentosos últimos sete anos, a colaboração no esclarecimento não só das entidades oficiais brasileiras, como, sobretudo, da opinião pública daquele país

¹⁷ Pintor, aquarelista, decorador, dramaturgo, cenógrafo, crítico, gráfico, jornalista e cineasta, José Júlio Marques Leitão de Barros (Porto, 1896-Lisboa, 1967) foi um colaborador próximo de António Ferro. Em 1947 estaria no Brasil para tratar de assuntos relativos à coprodução luso-brasileira do filme *Vendaval Maravilhoso*, que realizou e estreou em 1949, relatando a vida do poeta brasileiro Castro Alves e o seu romance com a atriz portuguesa Eugénia Câmara.

acerca da nossa situação e atitudes políticas que, no Brasil, tão [...] combatidas foram com intuitos óbvios”, esta proposta de Convénio Cultural daria amplitude ao Acordo de 1941, mantendo-se as funções da Secção Portuguesa de Intercâmbio Luso-Brasileiro do Secretariado, e promovendo-se uma mais intensa permuta “de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e educação, os mestres da sua cultura e os cultores da sua arte” (FERRO, 1948a: 5-6). Para tal, propunha-se a criação, em cada país, de um Conselho da Cultura Luso-Brasileira, que teria como funções:

- a) – envidar esforços para criar, em suas Universidades e estabelecimentos de ensino superior, cátedras para professores e assistentes, destinadas ao ensino da literatura, da arte, e da história do outro País, podendo aceitar qualquer assistência que este oferecer para tal fim b) – concessão mútua de bolsas de estudo para profissionais, professores e técnicos, a fim de habilitá-los a fazer, ou completar, cursos de aperfeiçoamento e pesquisa nos seus estabelecimentos de educação, ciência e cultura [...] c) – incumbir-se-á dos problemas respeitantes à admissão de Brasileiros e Portugueses à matrícula nas Universidades ou ao exercício das profissões liberais respectivamente no Brasil e em Portugal, devendo uma e outro ser regulados de acordo com as condições estabelecidas pela lei de cada um dos dois países d) – estimular e facilitar a troca de professores e técnicos e promover viagens periódicas de professores, historiadores e cientistas, em missão de aproximação cultural entre os dois países; e) – estimular o intercâmbio de informações sobre os seus institutos culturais e incentivar consultas entre os mestres dos seus respectivos sistema de educação e cultura por meio de troca de livros, jornais, manuscritos, fotocópias de documentos e investigações historiográficas de interesse comum (FERRO, 1948a: 7).

Esta proposta ter-se-á transformado no Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa a 6 de dezembro de 1948¹⁸. Visto como um instrumento de cooperação intelectual, procurava promover o intercâmbio de ideias e informações entre Portugal e o Brasil, seguindo as cláusulas contidas na proposta de Convénio Cultural apresentada pelo Secretariado, mas com uma diferença significativa: o organismo português encarregue da execução do Acordo seria, não o Secretariado, mas

¹⁸ Embora só tenha sido ratificado por Portugal a 4 de agosto de 1951.

o Instituto para a Alta Cultura. Sinal de novos tempos para o organismo dirigido por Ferro e da diminuição do seu poder e influência no regime de Salazar?

Considerações finais

Do que se apresentou, pode concluir-se que, nas relações com o Brasil, a partir de finais do século XIX, Portugal apostou em alicerces afetivos e sentimentais, estreitando os laços de união com o país irmão por meio da difusão da ideia de uma unidade espiritual. O regime de Oliveira Salazar institucionalizou a procura de uma luso-brasilidade, chamando a si e aos seus intelectuais orgânicos a tutela de um projeto de formação de uma comunidade cultural luso-brasileira, tendo como objetivo maior o fortalecimento frente aos novos desafios advindos do conflito mundial, na década de 1940. Esta tarefa foi facilitada pelas afinidades ideológicas com o Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas.

Todavia, e no período aqui em causa, as relações culturais luso-brasileiras foram muito mais impulsionadas pelo lado português do que pelo brasileiro. Tal dever-se-á, por um lado, ao fato de o Portugal de Salazar ter chamado a si a direção do processo, assumindo-se como líder de uma civilização atlântica, o que poderá ter melindrado o governo de Vargas, em particular se se considerar que persistia ainda um movimento anti-lusitano no país e que a influência cultural norte-americana estava em crescendo. Por outro lado, com a entrada do Brasil no conflito mundial, em 1942, ao lado dos Aliados, verificou-se um progressivo afastamento relativamente ao regime salazarista, fruto das mudanças sofridas no interior do Estado Novo brasileiro, e do seu órgão de propaganda, o DIP.

Como se viu, Ferro foi um dos principais atores e contribuintes para a construção da luso-brasilidade, na ideia de um Espaço Atlântico, englobando Portugal e o Brasil¹⁹, uma irmandade cultural sustentada por uma história em comum, uma fraternidade linguística e uma unidade espiritual. Como diretor do organismo responsável pela política de propaganda e cultural do Estado Novo, a sua era uma posição privilegiada, com Salazar a dar-lhe espaço de ação. Desta forma se entende que tenha sido Ferro a intervir diretamente no Acordo Cultural Luso-Brasileiro que assinou em 1941, bem como o seu ambicioso “Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América, em especial no

¹⁹ E, auxiliando essa ligação, os países sul-americanos.

Brasil”. A isto se deve somar o Convénio Cultural Luso-Brasileiro, último ato de Ferro enquanto diretor do Secretariado.

Esta ação de Ferro entende-se claramente dentro das funções do organismo que dirigia e da “Política do Espírito” que implementou, entendendo que “Portugal tinha necessidade de ser mostrado aos próprios portugueses, que o ignoravam, e aos estrangeiros, que o desconheciam” e porque “havia que vencer a indiferença e o silêncio e fazer acreditar, com sadia esperança, nos valores nacionais, [desenvolvendo] o clima próprio de admiração e de respeito a que tínhamos jus” (POLÍTICA..., 1958:2). Para tal, no Brasil o SPN investiu, propagandisticamente falando, nos meios de comunicação modernos – o cinema, a rádio, a imprensa escrita²⁰.

Politicamente, pode dizer-se que a ação cultural de Ferro no Brasil se enquadrava no projeto político-ideológico do Estado Novo português: por um lado, e no contexto da II Guerra Mundial, procurando reforçar e fortalecer a identidade nacional face ao que então ocorria na Europa e, através do Brasil, amplificar a voz de Portugal no mundo, tornando a nação “num parceiro internacional com uma posição geopolítica e estratégica privilegiada ao nível transatlântico e mundial” (SANTOS & AMORIM, 2010: 127); por outro lado, rivalizando com a política de hispanidade de Espanha em relação às suas antigas colónias na América do Sul, resultado, nas palavras de Nicolás Franco, embaixador de Espanha em Portugal de 1938 a 1957, do “recelo y susceptibilidad com que Portugal vé nuestra política”, fruto de um “deseo de diferenciación [que] caracteriza a todas las manifestaciones de la vida portuguesa y se pone de relieve en todos los órdenes” (*apud* VICENTE, 1992: 99).

Todavia, os resultados obtidos por Ferro foram escassos, como se viu: do Acordo Cultural de 1941, as concretizações a que se aludiu anteriormente são praticamente unilaterais, do lado português; quanto ao “Plano duma campanha de lusitanidade...”, nunca chegou a ser concretizado, provavelmente decorrente do fato de ser um projeto grandioso, de tal forma que o próprio Ferro admitia que pudesse parecer, a olhos estranhos, um plano “dispendioso, pueril, inútil”, de “incomensurável ambição, de estranha megalomania” (FERRO, 1942c: 26). De igual forma, o Convénio Cultural Luso-Brasileiro, embora pensado pelo diretor do Secretariado e assinado ainda durante o seu

²⁰ Esta opção estará diretamente relacionada com a suscetibilidade da colónia portuguesa além-Atlântico à influência da cultura norte-americana, fato de que Ferro estava claramente consciente, chegando mesmo, de forma algo exagerada, a “considerar os Estados Unidos como o inimigo nº 1 de Portugal no Brasil, [sendo] que toda a sua acção de propaganda é dirigida contra nós que constituímos, por nossa vez, o seu maior escolho” (FERRO, 1942c: 24).

mandato, assumia como agente executor o Instituto para a Alta Cultura e não o Secretariado.

Por fim, o final do conflito mundial trouxe mudanças significativas no panorama interno e externo: no Brasil, com o fim do governo de Getúlio Vargas, no outono de 1945, o estreitamento de laços entre os dois governos abrandou significativamente, uma vez que, com a queda de Getúlio, caía também um simpatizante das ideias políticas do regime português; em Portugal, com o afastamento de Ferro do Secretariado, em 1949. Com efeito, a saída de Ferro significou o declínio do investimento e da promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, nos moldes da “Política do Espírito”, sendo que “a intervenção do SNI esbate-se, os projectos são menos aparatosos ou ambiciosos, a estratégia de cobertura menos globalizante ou sistemática [...], os públicos mais delimitados e compartimentados” (MELO, 2001: 211).

Fontes

- BARROS, Leitão (1947). Carta a António Ferro. Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, cx. 0004 (Fundação António Quadros – FAQ, Rio Maior). 2 set.
- FERRO, António (1923). Carta aberta ao Portugal de hoje, ao Portugal de vinte e tantos anos. *Contemporânea, Grande Revista Mensal*. Lisboa, vol. III, n. 9, pp. 151-152, março.
- _____. (1933). *Salazar, o Homem e a sua Obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- _____. (1935). *A Política do Espírito e os Prémios Literários do S.P.N.* Lisboa: SPN.
- _____. (1942a). Algumas palavras de António Ferro. *Atlântico*, Lisboa, n. 1, maio.
- _____. (1942b). Do Brasil a Portugal. *Diário de Notícias*. Lisboa, p. 1, 7 jan.
- _____. (1942c). Plano duma campanha de lusitanidade em toda a América, em especial no Brasil. Arquivo Salazar, PC-12E, cx. 662 (Arquivo Nacional Torre do Tombo – ANTT, Lisboa).
- _____. (1948a). *Contra-proposta ao ante-projecto de um Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal*. Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, cx. 003C (Fundação António Quadros – FAQ, Rio Maior).
- _____. (1948b). *Parecer à Proposta de um Convénio Cultural Luso-Brasileiro*. Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, cx. 003C (Fundação António Quadros – FAQ, Rio Maior).
- FONTES, Lourival (1941). Telegrama a António Ferro. Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, cx. 003C (Fundação António Quadros – FAQ, Rio Maior). 21 abr.
- POLÍTICA do Atlântico (1942). Nacional de Informação, cx. 672 (Arquivo Nacional Torre do Tombo – ANTT, Lisboa). 20.maio.
- POLÍTICA do Espírito – Política da Nação (1958). *Notícias de Portugal*. Lisboa, n. 600, p. 2. 1 nov.

Referências Bibliográficas

- ANTÓNIO Ferro – Biografia, 1917-1923 (s.d.). Disponível em <http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59&limit=1&limitstart=2>. Acesso: 8 ago. 2017.
- ANTÓNIO de Oliveira Salazar (s.d.). Disponível em: <http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/salazar.html>. Acesso: 22 ago. 2017.
- ASSUNÇÃO, Marcello (2015). As relações culturais luso-brasileiras em perspectiva: da genése do idéário de comunidade à fundação da Revista Brasília (1822-1942). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, tomo 46, pp. 281-300.
- BALTAZAR, Isabel (2006). Ritmo Novo. O tratado de comércio entre Portugal e o Brasil (14.09.1933). In: CASTRO, Zília Osório de, SILVA, Júlio Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (Ed.). *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 205-249.
- BARTHEZ, Maria (2012). Expressão da Lusofonia no convénio cultural entre o Brasil e Portugal (1945). In: *Anuário Colóquios da Lusofonia: Estudos Lusófonos, Língua e Literatura*.
- BETTENCOURT, Gastão (1960). *António Ferro e a política do Atlântico*. Pernambuco: Edição de Autor.
- CERVO, Amado Luiz (2002). As relações entre Portugal e o Brasil – o peso da História. *Lusíada. Revista de Relações Internacionais*. Lisboa, n. 3, pp. 47-59.
- DEPARTAMENTO de Imprensa e Propaganda (2017). Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>>. Acesso: 22 ago. 2017.
- LEAL, Ernesto Castro (1994). *António Ferro*. Espaço público e imaginário social: 1918-32. Lisboa: Edições Cosmos.
- _____. (2003). O imaginário de Lisboa no jovem António Ferro. Notas de investigação antológica (1918-1923). *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa, Nova Série, n. 8, pp. 103-116.
- LOFF, Manuel (2008). *O nosso século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- LOPES, Frederico (2003). *O cinema português e o Estado Novo: os cineastas portugueses e a imagem da polícia*. Tese (Doutorado em Cinema). Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- MARTINS, Fernando & FARIA, Pedro Leite de (2006). Um Primeiro Passo no Bom Caminho. O Tratado de Amizade e Consulta (16.11.1953). In: CASTRO, Zília Osório de, SILVA, Júlio Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (Ed.). *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 251-288.
- MAZARÃO, Karine de Fátima (2013). *Modernismos em perspectiva*. Apropriações e ressignificações presentes em revisitas modernistas de Portugal e Brasil. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- MELO, Daniel (2001). *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.

- PAULO, Heloísa (1994). *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Edições Minerva.
- RIBEIRO, Carla (2015). *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a Elaboração Identitária da Nação*. Tese (Doutorada em História). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SANTOS, Paula Marques dos & AMORIM, Paulo (2010). As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945). In: SOUSA, Fernando, SANTOS, Paula & AMORIM, Paulo (Coord.). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores Lda, pp. 121-139.
- SARAIVA, Arnaldo (2004). *O modernismo brasileiro e o modernismo português*. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações. Campinas: Editora da Unicamp.
- SCHIAVON, Cármen G. Burgert (2008). O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período. In: *IX Encontro Estadual de História: Vestígios do passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre: Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do sul. Disponível em <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf>. Acesso: 24 ago.2017.
- TORGAL, Luís Reis (2014). Duas “Repúblicas” portuguesas no Brasil em 1922: António José de Almeida e António Ferro. In: MOURÃO, Alda & GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *A experiência da I República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 25-54.
- TORQUATO, Arthur (2013). A Ferro e Atlântico: a fomentação da política cultural lusobrasileira em 1941. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal: Associação Nacional de História. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372518903_ARQUIVO_ArtigoANPUHArthur.pdf>. Acesso: 24 ago.2017.
- VICENTE, Ana (1992). *Portugal visto pela Espanha*. Correspondência Diplomática (1939-1960). Lisboa: Assírio e Alvim.

Artigo recebido em 15 de setembro de 2017.

Aprovado em 3 de novembro de 2017.

DOI: 10.12957/intellectus.2017.31651